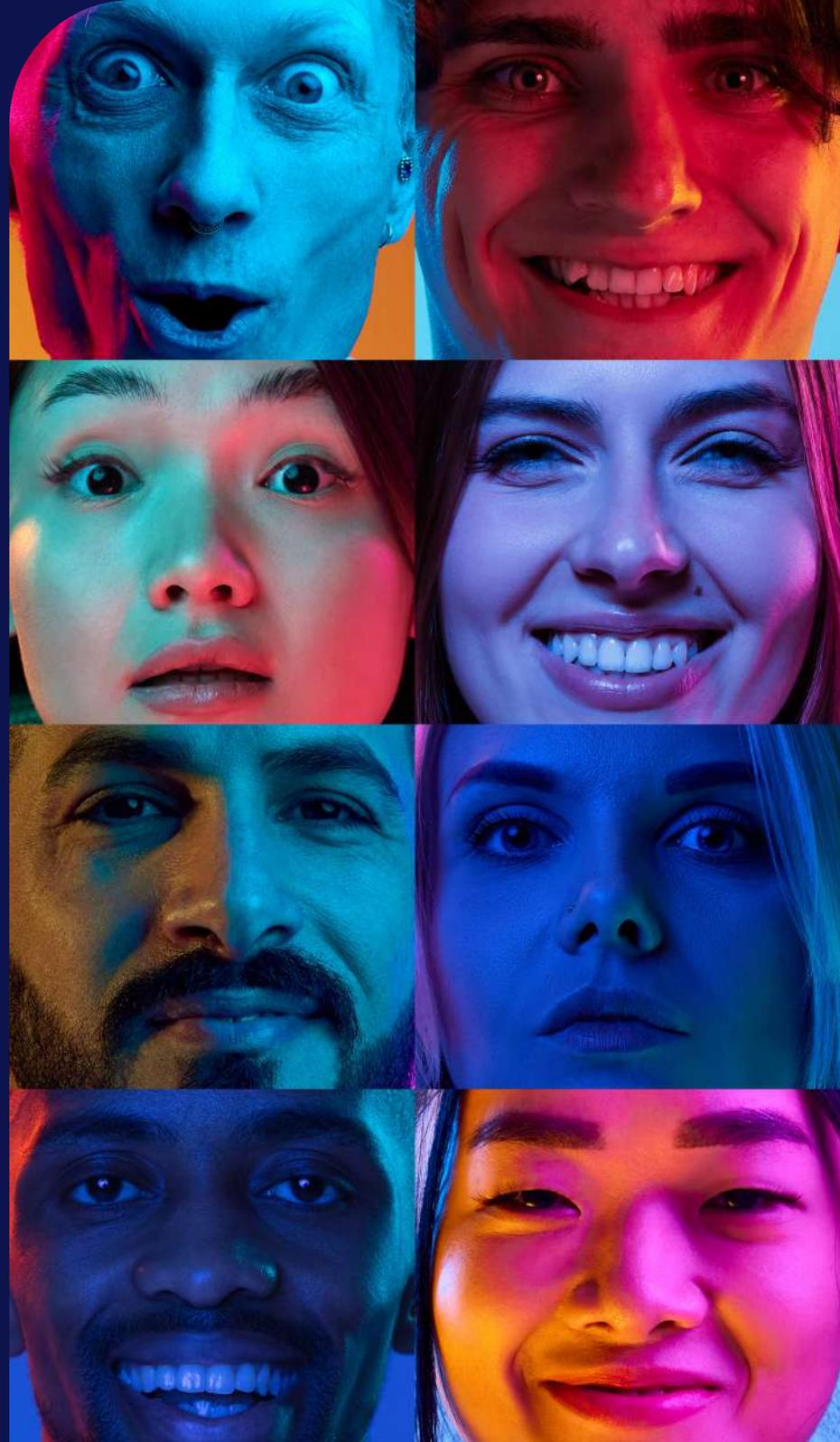


**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em**  
**Ciências Jurídico-Criminais**  
**Aplicadas às Atividades**  
**do Delegado**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
<b>Ciências Jurídico-Criminais Aplicadas às</b>	
<b>Atividades do Delegado .....</b>	<b>6</b>
<b>Destaques do curso.....</b>	<b>6</b>
<b>Público-alvo .....</b>	<b>7</b>
<b>Duração do curso .....</b>	<b>7</b>
<b>Matriz curricular .....</b>	<b>8</b>
<b>Conteúdo programático .....</b>	<b>9</b>
<b>FAQ do curso .....</b>	<b>13</b>
<b>Diferenciais tecnológicos .....</b>	<b>14</b>
<b>Ingresso .....</b>	<b>15</b>

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

*EdTech* que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

# CONHEÇA NOSSA

# METODOLOGIA

**Cursos 100% EaD compostos por três módulos, liberados progressivamente a cada 60 dias.**

**Avaliação feita por disciplina no sistema de provas da Gran Faculdade, com sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se aprovado aquele que alcançar a nota mínima de 70 (setenta) pontos.**

**Disciplinas multiformatos, com videoaulas, aulas interativas ao vivo, *slides* e artigos acadêmicos.**

**Trabalho de Conclusão de Curso opcional, conforme Resolução CNE/ CES n. 01, de 06 de abril de 2018.**



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Felipe Leal**  
Coordenador

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2003), Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (2012), Doutor em Direito Policial na Universidade do Porto/Portugal (2017-2022), com reconhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ingressou na Polícia Federal em 2005, como Papiloscopista Policial Federal, e, desde 2006, é Delegado de Polícia Federal, tendo já chefiado Delegacias Especializadas na Repressão ao Tráfico de Drogas/PA (2006-2007), na Repressão aos Crimes Ambientais/AP (2008-2010) e na Repressão a Crimes Financeiros/PB (2011-2012), bem como atuou como chefe do Núcleo de Inteligência em Pernambuco (2013-2014). Após, foi designado como membro do Grupo de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça (2015-2016), sendo convidado a assumir a Divisão de Contraineligência da Polícia Federal em Brasília (2016-2017). No ano de 2020, foi designado chefe do Serviço de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, e em 2021 assumiu temporariamente a chefia do Serviço de Pesquisa e Publicações da Academia Nacional de Polícia. Nos dias de hoje, é chefe da Divisão Nacional de Repressão à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos. Representante da Polícia Federal no GAFILAT e no GAFI. Professor em Faculdades de Direito e em cursos de pós-graduação. Professor e Tutor da Academia Nacional de Polícia. Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal. Membro da *Academia Latinoamericana de Derecho Penal Penitenciario*.

# CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DO DELEGADO



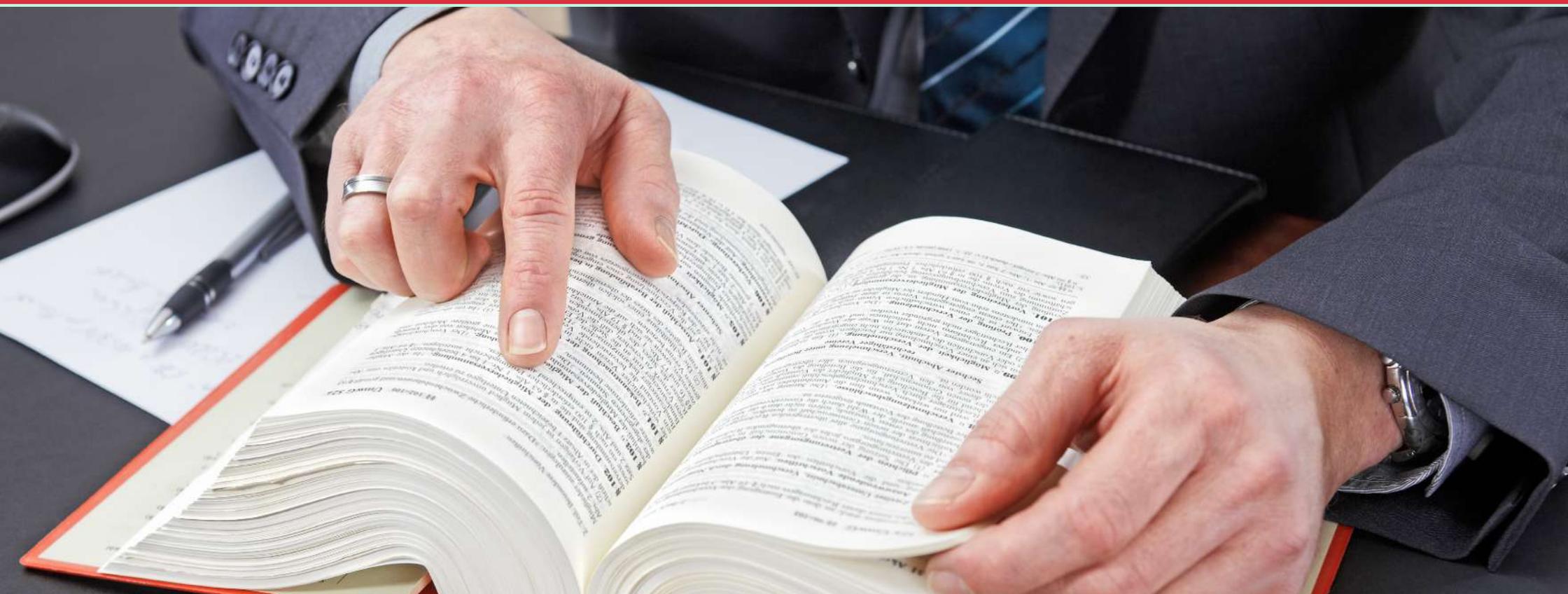
O curso de pós-graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atividade de Delegado de Polícia, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e das outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação investigativa no Estado Democrático de Direito, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

## DESTAQUES DO CURSO

Compreender a aplicação da Teoria do Crime, da Psicologia e da Criminologia nas atividades do Delegado de Polícia.

Demonstrar e discutir as normas e os princípios de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Policial.

Promover estudos sobre Investigação Criminal, Direito Premial e o Enfrentamento ao Crime Organizado.



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos em geral, incluindo demais carreiras policiais.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídico-Criminais Aplicadas às Atividades do Delegado tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direitos e Garantias Fundamentais e sua Interface com os Outros Ramos do Direito	30h
02	Direito Administrativo	30h
03	Direito Penal – Parte Geral	60h
04	Investigação Criminal	35h
05	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	25h
06	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	25h
07	Criminalística	30h
08	Medicina Legal	20h
09	Escolas Sociológicas e Contemporâneas	31h
10	Inteligência Policial	30h
11	Contrainteligência Policial	10h
12	Crimes em Espécie – Penal Especial	20h
13	Crimes em Espécie – Legislação Extravagante	14h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>360h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>400h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA INTERFACE COM OS OUTROS RAMOS DO DIREITO</b>	Evolução histórica dos Direitos Fundamentais no Brasil e no Mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos Direitos e Garantias Fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de Coisas Inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Lei n. 9.784/1999. Lei do processo administrativo federal. Licitação. Conceito. Objetivo. Normas gerais. Obrigatoriedade. Princípios. Fases da licitação. Modalidades. Contratação direta. Lei n. 8.666/1993. Jurisprudência aplicada às licitações. Contratos administrativos. Contratos da administração. Convênios administrativos. Consórcio público. Normas constitucionais. Classificação do contrato administrativo. Características dos contratos administrativos. Reajuste e revisão. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Extinção dos contratos administrativos. Jurisprudência aplicada aos contratos administrativos. Responsabilidade civil do Estado.

**DIREITO PENAL – PARTE GERAL**

Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposos. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. *Iter criminis*. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal. Extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.

**INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

Abordagens sobre investigação criminal: epistemológica, jurídica, política, administrativa, criminológica e criminalística. Investigação criminal como produto e como atividade. Investigação criminal e criminalidade organizada. Organização, método e prova. Investigação da criminalidade na modernidade. Técnicas especiais de investigação. Controle dos riscos. Investigação criminal complexa. Criminalidade em rede. Gestão da criminalidade complexa.

**TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO**

Conceito, sentido e distinções de prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.

**MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA**

Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. **Medidas Cautelares e Prisão Processual:** Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelariedade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade *versus* direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. **Soltura:** Institutos restabelecedores do ‘status libertatis’ no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e *habeas corpus* coletivo.

<p><b>CRIMINALÍSTICA</b></p>	<p><b>Criminalística:</b> Disciplina ou ciência? Assertivas técnicas. O método científico. Objetivo da ciência. O experimento. A hipótese. O argumento. Lógica dedutiva e indutiva. Aplicação dos conceitos na perícia criminal. Procedimentos e responsabilidades. Locais de crime. Elementos fundamentais para elaboração de laudo pericial.</p>
<p><b>MEDICINA LEGAL</b></p>	<p>Identificação médico-legal. Traumatologia Forense. Classificação médico-legal da causalidade do dano. Energia: física, mecânica, química, físico-química. <b>Instrumentos perfurantes:</b> Lesões. Caracteres. <b>Instrumentos cortantes:</b> Lesões. Caracteres. Identificação genérica, específica, individual. Feridas de defesa. Esgorjamento. Degolamento. Decapitação. <b>Instrumentos contundentes:</b> Escoriações. Equimoses. Lesões produzidas por instrumentos contundentes. Instrumentos cortocontundentes. Instrumentos perfurocontundentes. Comoção cerebral. Comoção medular. Choque. Coma. Inibição cardíaca. Hemorragia. Embolia. Armas de fogo. Lesões corporais (art. 29, CP): leve, grave e gravíssima. Lesões mortais.</p>
<p><b>ESCOLAS SOCIOLOGICAS E CONTEMPORÂNEAS</b></p>	<p>Escolas Sociológicas. Classificações das Escolas Sociológicas. Teorias do Consenso e do Conflito. Teoria da Anomia. O pensamento de Émile Durkheim. O pensamento de Robert Merton. A Escola de Chicago. A Teoria das Zonas Concêntricas. As áreas de delinquência. As cidades brasileiras pela ótica da Escola de Chicago. A Teoria da Subcultura Delinvente. O pensamento de Albert Cohen. As Teorias da Aprendizagem. A Teoria da Associação Diferencial. O crime do colarinho branco. A Teoria da Identificação Diferencial. A Teoria das Técnicas de Neutralização. A Teoria da Ocasão Diferencial. Teorias do Controle Social. Teorias do Conflito. Teoria do “Labelling Approach”. O pensamento de Howard Becker. O pensamento de Erving Goffman. Criminologia Crítica. O pensamento de Alessandro Baratta. O pensamento de Taylor, Walton e Young. O pensamento de William Chambliss e Robert Seidman. Criminologia Crítica na América Latina. Criminologias pós-modernas. Criminologia Cultural. Criminologia Feminista. Criminologia “Queer”.</p>
<p><b>INTELIGÊNCIA POLICIAL</b></p>	<p><b>ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:</b> Cronologia da Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Brasil. A importância da informação e conhecimento no mundo: aspectos gerais, características. Conceito de ISP e de inteligência policial. Objetivo geral e específico. Finalidade e características. Princípios da ISP. Ramos da atividade de ISP. Diferenças entre Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial. Espécies de Inteligência de Segurança Pública. <b>SISTEMAS. SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:</b> Estrutura do Sistema a Nível Nacional. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Organização da Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP). Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Subsistema. Canais. Classe de Agências de Inteligência. Estruturas das Agências de Inteligência. Recursos Humanos. Recursos Materiais. <b>SISTEMAS ESTADUAIS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:</b> Conceito e finalidade. Conselho de Inteligência. Agência central. Subsistemas. Agências parceiras. Estudo de caso. <b>FUNDAMENTOS ÉTICOS E JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL:</b> Limites legais das ações de inteligência. Controles. Aspectos éticos. Limites doutrinários e legais entre inteligência policial e investigação policial.</p>

**CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL**

Definição de contrainteligência, os seus fundamentos e a sua abrangência. Ameaças para a atividade de inteligência. Alvos da atividade de inteligência. Medidas de contrainteligência. Ramos da segurança orgânica. Conceito de medidas ativas de contrainteligência. Definições e conceitos de contrainteligência. Preceitos fundamentais da segurança orgânica. Espionagem, sabotagem e terrorismo. Fenômenos naturais e acidentes. Atos de policiais e ex-policiais. Movimentos sociais/Manifestações. Os procedimentos de contrainteligência de segurança pública. Garantias à proteção do conhecimento. Definições de medidas de segurança ativa. Definições de medidas de segurança de assuntos internos.

**CRIMES EM ESPÉCIE –  
PENAL ESPECIAL**

Crimes contra a Pessoa – Homicídio. Crimes contra a Pessoa – Participação em Suicídio ou Automutilação. Crimes contra a Pessoa – Art. 123 – Infanticídio. Crimes contra a Pessoa – Arts. 124 a 128 – Aborto. Crimes contra a Pessoa – Lesão Corporal. Crimes contra a Pessoa – Arts. 130 a 136 – Da periclitación da vida e da saúde. Crimes contra a Pessoa – Art. 137 – Da Rixa. Crimes contra a Pessoa – Crimes contra a honra. Crimes contra a Pessoa – Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça.

**CRIMES EM ESPÉCIE – LEGISLAÇÃO  
EXTRAVAGANTE**

Lei n. 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular). Lei n. 4.737/1965 (Crimes eleitorais). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o sistema financeiro nacional). Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). Lei n. 8.137/1990 (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Lei n. 8.429/1992 (Enriquecimento ilícito). Lei n. 9.099/1995 (Juizados especiais criminais – estadual). Lei n. 9.503/1997 (Crimes de trânsito). Lei n. 9.605/1998 (Crimes contra o meio ambiente). Lei n. 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programa de computador). Lei n. 9.610/1998 (Direitos autorais). Lei n. 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro). Lei n. 9.807/1999 (Proteção a vítimas e testemunhas). Lei n. 10.259/2001 (Juizados especiais criminais – federal). Lei n. 10.671/2003 (Estatuto do torcedor). Lei n. 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento). Lei n. 11.101/2005 (Crimes falimentares). Lei n. 11.105/2005 (Organismos geneticamente modificados). Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Lei n. 11.343/2006 (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 12.288/2010 (Igualdade racial). Lei n. 12.846/2013 (Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas). Lei n. 12.850/2013 (Crime organizado). Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Lei n. 13.344/2016 (Lei de tráfico de pessoas). Lei n. 13.869/2019 (Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade). Lei n. 14.133/2021 – Código Penal (Nova Lei de Licitações).

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Criminais Aplicadas às Atividades do Delegado é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Criminais Aplicadas às Atividades do Delegado é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Criminais Aplicadas às Atividades do Delegado é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

